

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

## **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 015/2023**

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 015/2023 PARA SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO SEGMENTO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 06 A 14 ANOS, ADOLESCENTES DE 15 A 17 E PESSOAS IDOSAS A PARTIR DE 60 ANOS.**

### **PREÂMBULO**

O Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, por intermédio da Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social - SAPIS, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, o presente edital de chamamento público visando a seleção de organizações da sociedade civil – OSC'S, qualificadas em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 5.402/10, Decreto nº 6.118/10, Lei Municipal Nº 6.556/21 e respectivas alterações, bem como as Lei Federal nº 8.666/93, a Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015 e, subsidiariamente, do Decreto Federal de nº 8.726, de 27 de abril de 2016, para celebrar termo de colaboração que tem por objeto a execução de prestação de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 14 anos, adolescentes de 15 a 17 e pessoas idosas a partir de 60 anos, mediante as condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.

<b>Recebimento das propostas até: 22/11/2023 ÀS 08:30 HORAS</b>
<b>Início da sessão: 22/11/2023 ÀS 09:00 HORAS</b>

### **1. DO OBJETO**

1.1. O presente Chamamento Público tem por objeto a seleção de uma OSC para celebração com a Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social, visando à formalização de TERMO DE COLABORAÇÃO, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à OSC, conforme condições estabelecidas neste Edital.

1.2. Será selecionada uma única proposta, observada a ordem de classificação e a disponibilidade orçamentária para a celebração do Termo de Colaboração.

1.3. O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações.

1.4. É obrigatória a leitura integral da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e deste edital, não podendo a OSC ou seu dirigente alegar, futuramente, que não as conhece, seja para deixar de cumpri-las, seja para evitar as sanções cabíveis.

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

1.5. É de responsabilidade da OSC e de todo e qualquer interessado acompanhar o processo de chamamento público no sítio eletrônico, para conhecimento de possíveis comunicados e alterações.

1.6. O EDITAL e seus ANEXOS estarão disponíveis para consulta pública, via internet, através do site da Prefeitura ([www.ribeiraopires.sp.gov.br](http://www.ribeiraopires.sp.gov.br)). Esclarecimentos e as demais informações, enviar para o e-mail: [licitacao.sag@ribeiraopires.sp.gov.br](mailto:licitacao.sag@ribeiraopires.sp.gov.br).

## **2. ABRANGÊNCIA TERRITORIAL**

2.1. O serviço deverá ser ofertado no município de Ribeirão Pires, sendo esta sua área de abrangência, devendo ser especificado no Plano de trabalho e no Termo de Colaboração a meta e valor de referência, não sendo admitida a proposição de atendimento em quantidade de vagas inferiores ao constante do Termo de Referência (Anexo I).

## **3. DAS CONDIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO**

3.1. Para participar deste Edital, a OSC deverá cumprir as seguintes exigências:

3.1.1. Entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

3.1.2. As sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867/1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social; e, “as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos”.

3.1.3. Possuir inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social, nos termos da Lei Federal nº 8.742/1993, da Lei Orgânica de Assistência Social, da Resolução nº 14/2014, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS);

3.1.4. Se a OSC não desenvolver qualquer serviço, programa, projeto ou benefício socioassistencial no município de Ribeirão Pires, será eventualmente aceita a inscrição do CMAS onde está instalada a sede da OSC e/ou onde desenvolva o maior número de atividades, bem como CNEAS – Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social ou Comprovante válido e vigente da Certificação de Entidades de Assistência Social (CEBAS), do Ministério da Cidadania.

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

3.1.5. Caso a OSC seja contemplada neste edital, deverá pleitear sua inscrição e atender os critérios para a certificação no CMAS do município de Ribeirão Pires.

3.1.6. É relevante desde o momento do chamamento público, até a celebração do Termo de Colaboração, que a OSC reconheça os requisitos necessários para a efetivação da proposta, previstos na Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações;

3.1.7. Ter objetivos estatutários específicos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado;

3.1.8. Ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da OSC, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei n.º 13.019/2014 e suas alterações, cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, caput, inciso III);

3.1.9. Ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, caput, inciso IV);

3.1.10. Ser diretamente responsável pela promoção e execução da atividade objeto da parceria, e responda legalmente perante a Administração Pública pela fiel execução da parceria e pelas prestações de contas;

3.1.11. Possuir, no momento da celebração do Termo de Colaboração, no mínimo 01 (um) ano de existência, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ (art. 33, caput, inciso V, alínea "a" da Lei nº 13.019 de 2014 e suas alterações);

3.1.12. Comprovante(s) de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo, um ano de capacidade técnica e operacional, conforme exigência do art. 26, inciso III e X, do Decreto Federal nº 8.726/2016;

3.1.13. Possuir instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou que se comprometa a contratar/adquirir instalações ou outras condições materiais para tanto;

3.1.14. Deverá apresentar, no Plano de Trabalho, que a OSC, alternativamente, caso não possua capacidade técnica e operacional, indicar a previsão de contratação, para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, atestado mediante o preenchimento do termo de declaração do (a) representante legal da OSC;

3.1.15. Informação quanto ao número de funcionários que serão envolvidos no projeto, detalhando suas qualificações e descrevendo as atribuições que cada um desenvolve;

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

3.1.16. Experiência prévia na realização do objeto da parceria a ser celebrada, ou de natureza semelhante;

3.2. Não poderão participar deste Chamamento:

3.2.1. A OSC que, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações:

3.2.1.1. Não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (art. 39, caput, inciso I);

3.2.1.2. Esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada (art. 39, caput, inciso II);

3.2.1.3. Tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder Público ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (art. 39, caput, inciso III e §§ 5 e 6);

3.2.1.4. Tenha tido as contas rejeitadas pela Administração Pública nos últimos 05 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou se for reconsiderada ou revista à decisão pela rejeição ou se, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

3.2.1.5. Tenha sido punida, nos últimos 03 (três) anos, conforme art. 73: suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública; suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria; declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria;

3.2.1.6. Tenha tido as contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos;

3.2.1.7. Tenha entre seus dirigentes, pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (art. 39, caput, inciso VII).

## **4. COMISSÃO DE SELEÇÃO**

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

4.1. A Comissão de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público, constituída na forma de portaria, previamente à etapa de avaliação das propostas por ato do chefe do executivo. A comissão de seleção nomeada pela Portaria nº 35.960/2023 está regulada nos artigos 2º, inciso X, e 27 da Lei nº 13.019/2014 e artigos 13 e 14 do Decreto Federal nº 8.726/2016.

4.2. Deverá se declarar impedido qualquer membro da Comissão de Seleção que tenha participado, nos últimos 05 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro, bem como ser cônjuge ou parente, até segundo grau, inclusive por afinidade, dos administradores da organização da sociedade civil e ter ou ter tido relação de emprego com qualquer das organizações da sociedade civil participantes do chamamento público (art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações).

4.3. A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital (art. 27, §§ 1º a 3º, da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações).

4.4. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro deste colegiado.

4.5. A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

4.6. As propostas apresentadas serão julgadas pela Comissão de Seleção segundo grau de adequação aos termos e valores de referência.

4.7. As propostas deverão conter informações que atendam aos critérios de julgamento estabelecidos na Tabela abaixo.

4.8. A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados no quadro a seguir:

<b>Crítérios de Julgamento</b>	<b>Crítérios de Avaliação</b>	<b>Metodologia de Pontuação para Cada Critério de Avaliação</b>	<b>Pontuação Máxima por Item</b>
(A) Adequação da proposta aos objetivos do serviço, programa ou projeto social em que se insere a parceria.	1 – Coerência entre o objetivo geral e o objeto da parceria (de acordo com a Prioridade e a Diretriz);  2 – Coerência entre o	Grau pleno de adequação (5 pontos);  Grau satisfatório de adequação (2,5 pontos);  Não atendimento ou	10 Pontos

## Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

	objetivo geral e seus desdobramentos nos objetivos específicos;	atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0 pontos).	
(B) Informações sobre as atividades a serem executadas, metas a serem atingidas e os indicadores que irá conferir o seu cumprimento.	<p>1 – Apresentou na metodologia a descrição das atividades propostas e como serão realizadas;</p> <p>2 – Coerência entre os objetivos específicos, as metas estabelecidas e as atividades a elas atreladas;</p> <p>3 – Adequação dos indicadores a serem utilizados para aferição do cumprimento das metas</p>	<p>Grau pleno de adequação (5 pontos);</p> <p>Grau satisfatório de adequação (2,5 pontos);</p> <p>Não atendimento ou atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0 pontos).</p>	15 Pontos
(C) Apresentação do cronograma para a execução das atividades.	<p>1 – Coerência entre as atividades elencadas na proposta e o trabalho a ser desenvolvido;</p> <p>2 – Adequação da periodicidade das atividades com o trabalho proposto;</p>	<p>Grau pleno de adequação (5 pontos);</p> <p>Grau satisfatório de adequação (2,5 pontos);</p> <p>Não atendimento ou atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0 pontos).</p>	10 Pontos
(D) Informações sobre a equipe a ser alocada para o desenvolvimento das atividades.	<p>1 – Adequação entre a equipe disponibilizada com o trabalho proposto;</p> <p>2 – Adequação entre qualificação profissional (formação) e as funções desempenhadas;</p>	<p>Grau pleno de adequação (5 pontos);</p> <p>Grau satisfatório de adequação (2,5 pontos);</p> <p>Não atendimento ou atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0 pontos).</p>	10 Pontos
(E) ampliação da capacidade do usuário de convivência e participação na vida familiar e comunitária, garantindo sua autonomia e integração.	<p>1 – Apresentou com consistência informações sobre estratégias para reestabelecimento de vínculos familiares e/ou promoção da convivência familiar;</p> <p>2 – Apresentou com consistência informações sobre a participação dos</p>	<p>Grau pleno de adequação (5 pontos);</p> <p>Grau satisfatório de adequação (2,5 pontos);</p> <p>Não atendimento ou atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0 pontos).</p>	10 Pontos

## Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

	usuários em ações sócio comunitárias externas a organização;		
(F) Capacidade Técnico Operacional.	<p>1 - Experiência comprovada na execução do serviço objeto da parceria ou de natureza semelhante.</p> <p>2 - Descrição minuciosa da experiência, informando as atividades desenvolvidas, local, beneficiários e resultados alcançados.</p>	<p>Grau pleno de adequação (5 pontos);</p> <p>Grau satisfatório de adequação (2,5 pontos);</p> <p>Não atendimento ou atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0 pontos).</p>	10 Pontos
(G) Informações quanto ao envolvimento direto dos grupos interessados ou afetados pela questão abordada nas mais variadas etapas de desenvolvimento do projeto.	<p>1 - Consistência na demonstração de envolvimento dos usuários no planejamento e execução do serviço.</p> <p>2 - Consistência na demonstração de envolvimento dos usuários na avaliação do serviço</p>	<p>Grau pleno de adequação (5 pontos);</p> <p>Grau satisfatório de adequação (2,5 pontos);</p> <p>Não atendimento ou atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0 pontos).</p>	10 Pontos
	<b>Pontuação Máxima Global</b>		75 pontos

### 4.8.1. Serão eliminadas aquelas propostas:

4.8.1.1. cuja pontuação total for inferior a 37,5 (trinta e sete e meio) pontos;

4.8.1.2. que não contenham, no mínimo, as seguintes informações: a descrição da realidade objeto da parceria e o nexa com a atividade ou o projeto proposto; as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas; os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e o valor global proposto;

4.8.1.3. que não contenha os itens mínimos previstos na tabela acima deste Edital;

4.8.1.4. que estejam em desacordo com o Edital.

4.8.2. As propostas não eliminadas serão classificadas em ordem decrescente e de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

4.8.3. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no somatório do critério de julgamento (A). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, no somatório dos critérios de julgamento (B) e (C). Caso essas regras não solucionem o empate, a questão será decidida por sorteio.

4.8.4. Será obrigatoriamente justificada a seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante do chamamento público, levando-se em conta a pontuação total obtida e a proporção entre as metas e os resultados previstos em relação ao valor proposto (art. 27, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014 e suas alterações).

4.8.5. As propostas encaminhadas devem respeitar, em todos os seus aspectos, as normas específicas das políticas públicas setoriais relativas ao objeto da parceria e as respectivas instâncias de pactuação e deliberação (art. 2º-A da Lei nº 13.019, de 2014 e suas alterações).

4.8.6. É facultado à Comissão de Seleção a indicação de recomendação e adequações ao Plano de Trabalho aprovado necessários a formalização da parceria.

## **5. DO CREDENCIAMENTO**

5.1. Poderá se credenciar entidade privada sem fins lucrativos, cujo objeto social seja compatível com o edital.

5.2. Os envelopes deverão ser entregues no Departamento de Licitação - COPEL, localizado na Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires - SP, Rua Miguel Prisco, 288 – Centro – Ribeirão Pires – SP - CEP: 09400-110, onde serão protocolados.

5.3. A Secretaria de Finanças e Administração, através da Comissão Permanente de Licitações - COPEL, juntamente com a Secretaria de Assistência e Inclusão Social – SAPIS, serão responsáveis pelo processamento da presente convocação pública, atribuindo as mesmas, dentre outras atribuições, o exame da documentação exigida e das manifestações de interesse apresentadas, bem como das demais providências necessárias.

## **6. DOS PROCEDIMENTOS**

6.1. Os documentos necessários para a participação do presente termo de referência, bem como as propostas de preços dos interessados, deverão estar em 02 (dois) envelopes fechados, mencionando-se exteriormente o nome do interessado, o número do processo que originou este Edital e o seu objeto.

6.2. Observado o prazo máximo definido neste instrumento, os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

### **6.2.1. ENVELOPE 01 – DOCUMENTOS – HABILITAÇÃO**



# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

6.2.1.1. O envelope lacrado apresentado pela OSC deverá conter a DOCUMENTAÇÃO e vir escrito com os seguintes dizeres:

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**CHAMADA PÚBLICA N.º 015/2023**  
**ENVELOPE 01 – “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”**  
**DATA DE ABERTURA: 22/11/2023**  
**NOME E CNPJ DA OSC**

6.2.1.2. Os documentos deverão ser apresentados ordenadamente, por item da habilitação, de modo a facilitar sua análise, são os seguintes:

6.2.1.2.2. Inscrição da organização da sociedade civil em Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS ou congêneres;

6.2.1.2.3. Detalhamento do currículo de experiências sociais da organização da sociedade civil, comprovando experiência prévia na realização com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

6.2.1.2.4. Apresentar declarações de reconhecimento de suas práticas emitidas por instituições governamentais e/ou não governamentais, de reconhecida expressão, nacional ou internacional, de modo que comprove experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto de parceria ou de natureza semelhante;

6.2.1.2.5. Prova da propriedade ou posse legítima do imóvel que será utilizado para execução do objeto pactuado. Caso seja próprio (escritura), caso seja imóvel locado (contrato de locação) e, caso de espaço cedido (termo de cessão);

6.2.1.2.6. Documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, que comprove sua existência, no mínimo, um ano com cadastro ativo;

6.2.1.2.7. Certidão de regularidade referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, com prazo de validade em vigência;

6.2.1.2.8. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

6.2.1.2.9. Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Estaduais;

6.2.1.2.10. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

6.2.1.2.11. Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal;

6.2.1.2.12. Cópia do Estatuto Social da organização da sociedade civil, em conformidade com o a Lei Federal Nº 13.019/2014 e suas alterações, registrada no Cartório de registro Civil de Pessoa Jurídica e suas alterações; (Tratando-se de Sociedade Cooperativa, certidão simplificada emitida

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

por Junta Comercial));

6.2.1.2.13. Cópia da ata de eleição e posse da diretoria em exercício, registrada no Cartório de registro Civil de Pessoa Jurídica;

6.2.1.2.14. Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles;

6.2.1.2.15. Cópia de comprovante (conta de água, luz, telefone ou TV a cabo) de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado;

6.2.1.2.16. Declaração de Compromisso quanto a observação dos princípios constitucionais da Administração Pública, durante a execução da Parceria, em observância aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência e da economia;

6.2.1.2.17. Declaração de que a organização da sociedade civil, não remunera os cargos de diretoria e que seus integrantes não exercem cargo público em nenhuma esfera de governo;

6.2.1.2.18. Declaração da organização da sociedade civil de que não possui menores de 18 (dezoito) anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos realizando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, cumprindo o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, sob as penas da lei;

6.2.1.2.19. Cópia do ato declaratório de isenção de contribuição previdenciária expedida pelo INSS (organização isenta de cota patronal);

6.2.1.2.20. Listagem com nome e número da Carteira de Identidade e Previdência Social de cada um dos trabalhadores por ele recrutados para executar a parceria, mediante prévio registro com base na legislação trabalhista, bem como, declaração firmada por seu representante legal, sob as penas da lei, de que nenhum outro empregado seu, além daqueles discriminados na referida relação, trabalharão na execução do convênio, exceto se a substituição ou a inclusão de um deles for previamente comunicada à Administração, observando-se a mesma exigência de identificação, com nome e número da Carteira de Identidade e da Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado substituto ou incluso.

6.2.1.2.21. Declaração discriminando número de conta corrente exclusiva da organização da sociedade civil, para recebimento dos recursos advindos do Convênio, especificamente em Banco Público (CEF – Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil).

## **6.2.2. ENVELOPE 02 – PROPOSTA DE PREÇOS**

6.2.2.1. O envelope lacrado apresentado pela OSC deverá conter a proposta do Plano de Trabalho e vir escrito com os seguintes dizeres:

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**CHAMADA PÚBLICA N.º 015/2023**  
**ENVELOPE 02 – “PROPOSTA COMERCIAL”**  
**DATA DE ABERTURA: 22/11/2023**  
**NOME E CNPJ DA OSC**

6.2.2.2. A PROPOSTA DE PREÇO deverá conter:

6.2.2.2.1. O Plano de Trabalho e Aplicação dos Recursos, estando todas suas páginas numeradas, rubricadas até a última, assinada e carimbada pelos representantes legais e técnico da organização da sociedade civil;

## **7. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO**

7.1. Os recursos destinados à execução do Termo de Colaboração deverão seguir as determinações sobre empenho, liquidação e pagamento da legislação em vigor.

7.2. É vedada a realização das seguintes despesas com os recursos destinados à execução do Termo de Colaboração:

- a) Não previstas no Plano de Trabalho;
- b) Com o pagamento, a qualquer título, servidor ou empregado público de qualquer esfera de governo, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública ou parente de dirigente da própria entidade, inclusive por serviços de consultoria ou assistência técnica;
- c) Com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, salvo se tratar de encargos de mora comprovadamente decorrentes unicamente de atraso na liberação de repasses por culpa exclusiva da administração pública, e no caso dos termos de fomento em que se admitem despesas com taxas bancárias exclusivamente da conta específica da parceria;
- d) Com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades, servidores públicos, representantes ou dirigentes da organização da sociedade civil parceira ou com quem ela mantenha atividade no curso da parceria;
- e) Com a aquisição de veículos automotores de qualquer natureza;
- f) Que não guardem nexos de causalidade com a execução do objeto, ainda que em caráter de emergência, salvo no caso de insumo ligado aos cuidados sanitários de pandemia;
- g) Com ornamentação e cerimonial.

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

7.3. O valor total de recursos disponibilizados será proporcional ao tempo do exercício orçamentário em vigor.

7.4. As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, observado o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações.

7.5. Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral, efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, nos arts. 45 e 46 da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações.

7.6. Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho, as previstas no art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações.

7.7. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos da parceria, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Fundo Municipal de Assistência Social por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações.

## **8. DESPESAS PERMITIDAS**

8.1. Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, desde que aprovadas no plano de trabalho e plano de aplicação dos recursos, as despesas com:

8.1.1. remuneração da equipe dimensionada no plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, podendo contemplar as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo-terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais, desde que tais valores:

a) correspondam às atividades previstas para a consecução do objeto e à qualificação técnica necessária para a execução da função a ser desempenhada;

b) sejam compatíveis com o valor de mercado da região onde atua e não superior ao teto do Poder Executivo;

c) sejam proporcionais ao tempo de trabalho efetiva e exclusivamente dedicado à parceria celebrada.

8.1.2. diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

8.3. A remuneração de equipe de trabalho com recursos transferidos pela administração pública não gera vínculo trabalhista com o ente transferidor.

8.4. A inadimplência da organização da sociedade civil em relação aos encargos trabalhistas não transfere ao Município a responsabilidade por seu pagamento.

8.5. Serão detalhados, no plano de trabalho, os valores dos impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo-terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais incidentes sobre as atividades previstas para a execução do objeto, de responsabilidade da organização, a serem pagos com os recursos transferidos por meio da parceria, durante sua vigência.

8.6. Não se incluem na previsão do subitem 8.5. os tributos de natureza direta e personalíssima que onerem a organização.

## **9. CONTRAPARTIDA**

9.1. Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria, facultada a exigência de contrapartida em bens e serviços cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração.

## **10. DO GESTOR DA PARCERIA E DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO**

10.1. A gestão das parcerias será realizada por agente público com poderes de controle e fiscalização, designado por ato publicado no Diário Oficial do Município, em data anterior à celebração dos termos de colaboração, cujas obrigações serão aquelas determinadas pelo artigo 61 da Lei Federal nº 13.019/14 e suas alterações.

10.2. A Secretaria Municipal de Assistência, Participação e Inclusão Social (SAPIS) promoverá o monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, de caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular das parcerias, em consonância os artigos 58, da Lei Federal de número 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações e 49, do Decreto Federal de número 8.726, de 27 de abril de 2016.

10.3. Sem prejuízo da avaliação discriminada no artigo antecedente, a execução da parceria poderá ser acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas das áreas relacionadas, ao objeto contido no Termo de Colaboração, bem como também estará sujeita aos mecanismos legais.

## **11. DA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS**

11.1. Esclarecimentos poderão ser obtidos na Gerência de Suprimentos, no horário das 08:00 às 17:00 horas, na Rua Miguel Prisco, n.º 288 – Centro – Ribeirão Pires /SP, ou e-mail: [licitacao.sag@ribeiraopires.sp.gov.br](mailto:licitacao.sag@ribeiraopires.sp.gov.br)

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. Todas as dúvidas, recursos e impugnações deverão ser apresentados por escrito e encaminhados a Secretaria de Assistência e Inclusão Social e/ou COPEL, localizado a rua Miguel Prisco, 288 – Centro – Ribeirão Pires – SP.

12.2. Não serão aceitas consultas, recursos e impugnações remetidas via fax.

12.3. A qualquer tempo, o presente edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

12.4. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público.

A falsidade de qualquer documento ou de informações apresentadas, ou a inverdade das informações nele contidas acarretarão na eliminação da proposta apresentada e desclassificação da OSC, além da aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração de responsabilidade civil ou criminal.

Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações.

12.5. Não haverá cobrança das organizações concorrentes relativas a preço público para participar deste Chamamento Público.

12.6. Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das organizações concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte do CMAS - Ribeirão Pires ou da Administração Pública.

12.7. A destinação, ao término da parceria, ou no caso de extinção da organização da sociedade civil parceira, especificamente dos bens adquiridos por meio de despesas realizadas com recursos públicos da parceria, serão revertidos em favor do CMAS - Ribeirão Pires.

12.8. Situações e casos não previstos neste edital serão analisados e avaliados pelo Gestor da Parceria e pelo Departamento de Proteção Social Especial (de Média e Alta Complexidade) do Órgão Gestor da SAPIS, com o devido respaldo de documentos oficiais, legislação e normativas vigentes na ocasião.

## **13. DA VALIDADE/PRAZO**

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

13.1. O presente Edital terá vigência de 12 meses a contar da data da homologação do resultado definitivo, passível de prorrogação por igual período, a critério da Administração Pública, comprovada a existência de dotação orçamentária.

**PARA QUE NÃO SE ALEGUE IGNORÂNCIA, VAI O PRESENTE EDITAL AFIXADO NOS LUGARES DE COSTUME, E A REFERÊNCIA PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO.**

Ribeirão Pires, 26 de outubro de 2023.

**MARISA REINOSO DE ABREU**  
**SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL**

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO:

**1.1.** As atividades a que se refere esta parceria circunscrevem-se à execução de **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, para crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 14 anos, adolescentes de 15 a 17 anos e pessoas idosas a partir de 60 anos, referenciados nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS** do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires;

**1.2.** A execução dos serviços continuados tipificados, objeto do presente Edital, deverão obrigatoriamente estar de acordo com o estabelecido na **Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009 (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais)**, bem como princípios, diretrizes e orientações constantes nos documentos de Orientações Técnicas publicados pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS.

**1.3.** São diretrizes da Política Municipal de Assistência Social:

I. Caráter público da gestão dos serviços socioassistenciais;

II. Matricialidade sociofamiliar;

III. Territorialidade;

IV. Intersetorialidade e articulação das ações da rede socioassistencial e demais políticas sociais;

V. Educação permanente dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

VI. Participação popular e controle social;

VII. Exercício laico das ações socioassistenciais, tanto para usuários quanto para profissionais que desempenham suas funções junto aos respectivos serviços, sendo que as atividades religiosas não se constituem como ações da política de assistência social;

VIII. Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, e oferta gratuita nas prestações dos serviços socioassistenciais.

Parágrafo único. O caráter público da gestão dos serviços socioassistenciais compreende o comando único das ações de assistência social, a gestão operacional, o monitoramento, a avaliação e o acompanhamento da execução das ações realizadas pela administração pública através da Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social.

#### **1.4. Meta:**



# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

FAIXA ETÁRIA	META	Valor Global para 2024 (R\$)
De 06 a 14 anos	125	288.225,00
De 15 a 17 anos	25	44.082,00
A partir de 60 anos	200	352.656,00

**1.5.** A apresentação de propostas nos termos deste Termo vincula a organização da sociedade civil ao atendimento de metas referenciadas pela administração pública através da Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social.

**1.6.** O valor de referência total estimado pelo Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, considerado o período de 12 meses é de **R\$ 684.963,00 (seiscentos e oitenta e quatro mil, novecentos e sessenta e três reais)**. O Município pagará o valor de acordo com a distribuição de vagas por território, conforme item 4.7. deste Termo de Referência.

## **2. DO PRAZO DE VIGÊNCIA:**

**2.1.** O prazo de vigência da parceria será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo, prorrogável a critério da Administração, até o limite legalmente permitido.

## **3. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:**

**3.1.** A continuidade das atividades nos exercícios financeiros subsequentes fica condicionada à aprovação das dotações próprias para as referidas despesas no orçamento do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, bem como à aprovação da prestação de contas.

**3.2.** Os serviços serão executados no espaço disponibilizado pela entidade parceira conforme as normas indicadas no item 4.

**3.3.** A eventual mudança no endereço do atendimento deverá contar com prévia aquiescência do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires.

**3.4.** Qualquer dado documental ou informação dos indivíduos/familiares, tais como imagens, áudios, vídeos, depoimentos, produções (desenhos, escritas, música, poema, entre outros) em atividades que os envolvam diretamente só poderão ser utilizados mediante apresentação de TERMO DE AUTORIZAÇÃO a ser providenciado pela OSC parceria, com a ciência do usuário e/ou de sua família e/ou responsável legal, e assinado em duas vias.

**3.5.** É de responsabilidade da organização parceira, controlar e monitorar as informações sigilosas a que os profissionais do serviço terão acesso, tais como dados dos usuários, senhas de acesso, entre outros. Os casos de utilização indevida dos dados dos usuários do serviço deverão ser imediatamente informados ao Departamento de Proteção Social Básica por meio de ofício que descreva o ocorrido e indique os procedimentos adotados pela organização.

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

## 4. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO:

### 4.1. Caracterização do Serviço

**4.1.1** A Proteção Social Básica visa prevenir situações de risco e vulnerabilidades, investindo no desenvolvimento de potencialidades, no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e oferecendo a possibilidade de aquisições coletivas e individuais. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV é uma das frentes de atenção que tem como referência atuar nas condições de vulnerabilidades sociais decorrentes da situação de pobreza, de privação e de fragilização dos vínculos afetivos nos territórios. O SCFV é um serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida e orientado pelos três eixos:

**a) Eixo convivência social** – é o principal eixo do serviço, traduz a essência dos serviços de Proteção Social Básica e volta-se ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. As ações e atividades inspiradas nesse eixo devem estimular o convívio social e familiar, aspectos relacionados ao sentimento de pertença, à formação da identidade, à construção de processos de sociabilidade, aos laços sociais, às relações de cidadania.

**b) Eixo direito de ser** – o eixo “direito de ser” estimula o exercício da infância e da adolescência, de forma que as atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV devem promover experiências que potencializem a vivência desses ciclos etários em toda a sua pluralidade.

**c) Eixo participação** – tem como foco estimular, mediante a oferta de atividades planejadas, a participação dos usuários nas diversas esferas da vida pública, a começar pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, passando pela família, comunidade e escola, tendo em mente o seu desenvolvimento como sujeito de direitos e deveres.

### 4.2. Usuários

**Crianças e Adolescentes de 06 a 14 anos, adolescentes de 15 a 17 anos e pessoas idosas a partir de 60 anos e suas respectivas famílias encaminhados pelo CRAS de referência, em situação de vulnerabilidade social**, com Cadastro Único/NIS, prioritariamente com renda mensal de até meio salário-mínimo *per capita*, em especial, beneficiários de programas de transferência de renda, como Programa Bolsa Família - PBF e Benefício de Prestação Continuada - BPC), sendo **prioritariamente atendidos** no Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, nos termos da Resolução do CNAS n.º 01/2013, crianças, adolescentes e pessoas idosas:

- em situação de isolamento;
- trabalho infantil;
- vivência de violência e/ou negligência;

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

- fora da escola ou com defasagem escolar superior a 02 anos;
- em situação de acolhimento;
- em cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto;
- egressos de medidas socioeducativas;
- situação de abuso e/ou exploração sexual;
- com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- crianças e adolescentes em situação de rua e;
- vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência.

De acordo com o Art. 3º da resolução Nº 01 de 2013 do CNAS as situações prioritárias devem ser comprovadas conforme §2º do dispositivo: **A comprovação das situações prioritárias dar-se-á por meio de documento técnico que deverá ser arquivado na Unidade que oferta o SCFV ou no órgão gestor, por um período mínimo de cinco anos, à disposição dos órgãos de controle.**

## 4.3. Objetivo

**4.3.1.** Prestar um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV de qualidade, com base na legislação vigente, especialmente, o Reordenamento firmado pela Resolução n.º 01/2013, da Comissão Intergestores Tripartite – CIT e Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, tendo como foco principal a gestão descentralizada entre os entes e o respeito à diversidade das características de organização do trabalho grupal realizado com o público da Assistência Social em cada território.

## 4.4. Objetivos específicos de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais

### CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 A 14 ANOS:

- Complementar as ações da família e comunidade na proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais;
- Assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo;
- Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural das crianças e adolescentes, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã;
- Estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo;
- Contribuir para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional.

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS PARA ADOLESCENTES E JOVENS DE 15 A 17 ANOS:**

- Complementar as ações da família, e comunidade na proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais;
- Assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo;
- Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural dos jovens, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã;
- Propiciar vivências para o alcance de autonomia e protagonismo social;
- Estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo;
- Possibilitar o reconhecimento do trabalho e da educação como direito de cidadania e desenvolver conhecimentos sobre o mundo do trabalho e competências específicas básicas;
- Contribuir para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS PARA PESSOAS IDOSAS:**

- Contribuir para um processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo;
- Assegurar espaço de encontro para os idosos e encontros intergeracionais de modo a promover a sua convivência familiar e comunitária;
- Detectar necessidades e motivações e desenvolver potencialidades e capacidades para novos projetos de vida;
- Propiciar vivências que valorizam as experiências e que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo social dos usuários.

### **4.5. Funcionamento:**

**4.5.1. As atividades desenvolvidas serão ininterruptas** e deverão ser realizadas em grupos com atividades previamente planejadas e realizadas em dias úteis com carga horária de **4 horas diárias para o público de 06 a 14 anos e de até 3 horas semanais para o público de 15 a 17 anos e pessoas idosas a partir de 60 anos**, além de proporcionar no mínimo 01 atividade intergeracional com famílias a cada dois meses, podendo ser em dias úteis, feriados ou finais de semana.

### **4.6. Critérios de acesso:**

**4.6.1.** O acesso ao serviço deve ocorrer **por encaminhamento do Centro de Referência de**

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

**Assistência Social – CRAS, mediante formulário próprio. Na hipótese de o número de pessoas encaminhadas pelo CRAS de referência não ser suficiente para o preenchimento total das vagas, cumpre a organização indicar isso ao CRAS de referência.**

**A Organização da Sociedade Civil parceira poderá indicar usuários, como ainda, poderão ser inclusos usuários de outros serviços da rede, desde que, estejam dentro dos critérios de público-alvo acima referidos (item 4.2.), e, prioritariamente, serem membros de famílias beneficiárias do PBF e BPC. Estas inclusões deverão ser informadas ao CRAS de referência, mediante formulário próprio.**

## 4.7. Distribuição dos grupos de SCFV

O SCFV será organizado em núcleos instalados nos territórios de forma que atenda diferentes bairros de acordo com a abrangência dos CRAS. Os grupos serão organizados com até 25 participantes em cada um deles, podendo ter usuários de diferentes territórios (CRAS de abrangência) em um mesmo grupo, conforme tabelas que seguem:

NÚCLEO 1 – 100 VAGAS – TERRITÓRIO SANTA LUZIA		
CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 A 14 ANOS		
CRAS DE REFERÊNCIA	VAGAS	CONJUNTO DE VILAS A SEREM ATENDIDAS, PREFERENCIALMENTE
CRAS OURO FINO	50	SANTA LUZIA: Estância Holywood - Vale do Sol - Jardim Boa Vista - Jardim Ideal - Jardim Santa Luzia (Alfredo Petrachi) - Parque Santa Luzia - Vila Moderna - Jardim Hortência - Jardim Itapeva - Vila Érica Yara - Vila Santo Antonio - Subdivisão Alfredo Petrachi - chácara Ana Maria - Parque das Fontes e Vila Oásis - Vila Industrial - Jardim Jacqueline - Jardim Petropolis.
CRAS QUARTA DIVISÃO	35	PILAR VELHO (SANTA ROSA): Estância Hidromineral Hiramaia - Chácara do Pilar - Jardim Pilar Velho - Jardim José Moreira - Jardim Santa Rosa - Recanto Leda - Subdivisão Antonio Jacob - Fazenda Bandeirantes - Jardim Esperança - Nucleo Colonial.
CRAS CENTRO	15	SANTANA: Vila Guerda - Jardim Capistrano - Herdeiros de Luiz Roncon - Jardim Colorado - Vila Caiçara - Vila Amélia - Subdivisão Paulo de T. M. Vieira - Vila Fiorentina - Vila Aparecida - Jardim Centenário - e parte da V. Maria - Subdivisão Aluizio buzaid - Subdivisão Luiz Roncon - Espolio Família Daraio - chácara São Pedro - Jardim Santana - Sub - Divisão Santana.

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

## DAS AÇÕES DIRECIONADAS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos deve ter suas atividades socioeducativas do trabalho social pautadas nas "Orientações Técnicas Sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/2010", sendo estruturados em dois eixos:

I. o eixo de Convivência Social;

II. o eixo de Participação.

**As atividades devem abordar transversalmente, pelo menos, os seguintes temas:**

I. Infância/Adolescência e Direitos Humanos e Socioassistenciais;

II. Infância/Adolescência e Saúde;

III. Infância/Adolescência e Meio Ambiente;

IV. Infância/Adolescência, Arte e Cultura;

V. Infância/Adolescência e Esporte, Lazer, Ludicidade e Brincadeiras.

**A formação dos grupos deve contemplar faixas etárias diferenciadas, de acordo com diagnóstico social da demanda local, sendo preferencialmente as seguintes:**

I. de 06 a 08 anos;

II. de 9 a 11 anos;

III. de 12 a 14 anos.

NÚCLEO 2 – 50 VAGAS – TERRITÓRIO PARQUE ALIANÇA		
CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 A 14 ANOS		
CRAS DE REFERÊNCIA	VAGAS	CONJUNTO DE VILAS A SEREM ATENDIDAS, PREFERENCIALMENTE
CRAS CENTRO	25	ALIANÇA: Parque Aliança - Vila Gomes - Vila Belmiro - Jardim Guanabara - Jardim Nina Rosa - Subdivisão de Manoel Rodrigues - Vila Monteiro - Jardim Serrano.  SÃO CAETANINHO: Jardim Esperança - Estância das Rosas - Estância das Rosas II - Jardim Santo Antonio - Jardim Lisboa - Recanto Vista Alegre - Espólio José Francisco - Subdivisão de José Francisco de Carvalho - Vila Nice - Subdivisão Aristides Ramos - Sítio dos Freires e Planalto Bela Vista - Jardim Pinheiro.

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ADOLESCENTES DE 15 A 17 ANOS		
CRAS DE REFERÊNCIA	VAGAS	CONJUNTO DE VILAS A SEREM ATENDIDAS, PREFERENCIALMENTE
CRAS CENTRO	25	ALIANÇA: Parque Aliança - Vila Gomes - Vila Belmiro - Jardim Guanabara - Jardim Nina Rosa - Subdivisão de Manoel Rodrigues - Vila Monteiro - Jardim Serrano.  SÃO CAETANINHO: Jardim Esperança - Estância das Rosas - Estância das Rosas II - Jardim Santo Antonio - Jardim Lisboa - Recanto Vista Alegre - Espólio José Francisco - Subdivisão de José Francisco de Carvalho - Vila Nice - Subdivisão Aristides Ramos - Sítio dos Freires e Planalto Bela Vista - Jardim Pinheiro.

## DAS AÇÕES DIRECIONADAS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos deve ter suas atividades socioeducativas do trabalho social pautadas nas "Orientações Técnicas Sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/2010", sendo estruturados em dois eixos:

**I. o eixo de Convivência Social;**

**II. o eixo de Participação.**

**As atividades devem abordar transversalmente, pelo menos, os seguintes temas:**

- I. Infância/Adolescência e Direitos Humanos e Socioassistenciais;
- II. Infância/Adolescência e Saúde;
- III. Infância/Adolescência e Meio Ambiente;
- IV. Infância/Adolescência, Arte e Cultura;
- V. Infância/Adolescência e Esporte, Lazer, Ludicidade e Brincadeiras;
- VI. Adolescência e Trabalho.

**A formação dos grupos deve contemplar faixas etárias diferenciadas, de acordo com diagnóstico social da demanda local, sendo preferencialmente as seguintes:**

- I. de 06 a 08 anos;
- II. de 9 a 11 anos;
- III. de 12 a 14 anos;

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

IV. de 15 a 17 anos.

NÚCLEO 3 – 200 VAGAS – TERRITÓRIO CENTRO		
PESSAS IDOSAS A PARTIR DE 60 ANOS		
CRAS DE REFERÊNCIA	VAGAS	CONJUNTO DE BAIRROS A SEREM ATENDIDOS, PREFERENCIALMENTE
CRAS CENTRO	100	SUÍSSA COLÔNIA CENTRO PASTORIL SANTANA SÃO CAETANINHO BOCAINA ALIANÇA RONCON PONTE SECA CENTRO ALTO
CRAS OURO FINO	50	SANTA LUZIA CASA VERMELHA ITRAPOÁ SOMA OURO FINO PAULISTA POUSO ALEGRE KM4 BARRO BRANCO
CRAS CAÇULA	25	REPRESA (JARDIM CAÇULA) PONTE SECA (JARDIM VALENTINA)
CRAS QUARTA DIVISÃO	25	PILAR VELHO (SANTA ROSA) TECELÃO QUARTA DIVISÃO TANQUE CAIO

## DAS AÇÕES DIRECIONADAS AOS IDOSOS

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos para idosos deve ter suas atividades socioeducativas do trabalho social pautadas nas “Orientações Técnicas para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-2012” estruturadas em três eixos:

- I. Convivência Social e Intergeracionalidade;**
- II. Envelhecimento Ativo e Saudável;**
- III. Autonomia e Protagonismo.**

**As Atividades devem abordar transversalmente pelo menos os seis seguintes temas:**

- I. Envelhecimento e Direitos Humanos e Socioassistenciais;



# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

II. Envelhecimento Ativo e Saudável;

III. Memória, Arte e Cultura;

IV. Pessoa Idosa, Família e Gênero;

V. Envelhecimento e Participação Social;

VI. Envelhecimento, Tecnologia e Temas da Atualidade.

## **4.8. Unidade**

- a) poderá ser em imóvel locado, de propriedade da organização ou cedido;
- b) não confundir local de prestação do serviço com a sede da organização da sociedade civil, que poderá, ou não, ter o mesmo endereço;
- c) a mesma organização da sociedade civil poderá ter um ou mais locais de prestação de serviços, desde que apresente proposta específica para cada território, ou seja, cada núcleo;
- d) é de responsabilidade da Organização da Sociedade Civil indicar imóvel/local para a prestação de serviços nos bairros indicados dentro dos territórios de CRAS.

## **4.9. Configuração do serviço**

### **4.9.1. Provisões Institucionais, Físicas, Materiais e Recursos Humanos**

#### **4.9.1.1 Ambiente Físico**

- De acordo com a legislação vigente, especialmente a Resolução CNAS n.º 01/2013, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, e, ainda, de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e da Vigilância Sanitária, o ambiente físico deverá estar estruturado com, no mínimo, sala(s) de atendimento individualizado, sala(s) de atividades coletivas e comunitárias e instalações sanitárias com adequada iluminação, ventilação, conservação, privacidade, salubridade, limpeza e acessibilidade em todos seus ambientes, área externa, refeitório, cozinha, espaço para administrativo e recepção.
- Alvará de Funcionamento e Alvará de Bombeiros próprios em cada endereço.

### **Recursos Materiais, Socioeducativos e Alimentação**

- Deverá ser disponibilizado materiais permanentes e de consumo necessários ao desenvolvimento do serviço, tais como: mobiliário, computadores, telefone, material de limpeza e higiene, vestuário, brinquedos, entre outros, materiais pedagógicos, culturais e esportivos.
- Deverão ser fornecidas refeições: almoço a cada período de atendimento, bem como café pela manhã e lanche à tarde (de acordo com o plano de trabalho) para crianças e adolescentes de 06 a 14 anos.

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

- Deverá ser fornecida toda a alimentação a cada período de atendimento, de acordo com o plano de trabalho para adolescentes de 15 a 17 anos e pessoas idosas a partir de 60 anos.

## Recursos Humanos

Os recursos humanos das organizações de sociedade civil que prestarão o serviço deverão atender o que dispõe a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social NOB-RH/SUAS, conforme descrito no quadro abaixo, os profissionais que irão compor a Equipe Mínima poderão atuar com até 4 grupos de 25 pessoas cada, contratados preferencialmente por CLT:

Cargo/Função	Formação/Perfil	Quantidade	Carga Horária Semanal
Coordenador	Profissional de Nível Superior, desejável experiência e conhecimento da Política de Assistência Social.	01	40h
Técnico de Nível Superior	Profissional de Nível Superior com registro no órgão de classe, desejável experiência e conhecimento da Política de Assistência Social.	01	30h
Orientador Social ou Educador Social	Profissional de Nível Médio	01	Conforme nº de grupos e carga horária do SCFV
Auxiliar de Serviços Gerais	Profissional de Nível Fundamental	01	40h
Cozinheiro	Profissional de Nível Fundamental	01	40h

## Principais atividades desenvolvidas pelos profissionais

**COORDENADOR:** Nível Superior, desejável experiência e conhecimento da Política de Assistência Social. Será responsável, e conjunto com os Orientadores Sociais ou Educadores Sociais pelo planejamento de atividades a serem desenvolvidas em função das demandas específicas dos usuários.

Organizar e facilitar situações estruturadas de aprendizagem e de convívio social;

Coordenar o desenvolvimento de atividades realizadas com os usuários;

Assessorar o (s) Orientador (es) Social (is) do SCFV;

Avaliar, com as famílias, os usuários e impactos do SCFV;

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

Articular com o técnico de referência da equipe do CRAS a identificação das famílias participantes do serviço, contextos familiares e informações quanto ao desenvolvimento dos usuários.

**TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR:** Nível Superior (com formação em Serviço Social ou Psicologia), desejável experiência e conhecimento da Política de Assistência Social. Caberá ao Técnico de Nível Superior: conhecer as situações de vulnerabilidade social e de risco das famílias beneficiárias de transferência de renda (BPC, PBF e outras);

Acolher os usuários e ofertar informações sobre os serviços;

Realizar atendimento particularizado e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS;

Participar da definição de critérios de inserção de usuários no serviço; Atuar como referência para crianças, adolescentes e demais profissionais que desenvolvam atividades com os grupos sob sua responsabilidade;

Explorar e desenvolver temas de conteúdo do serviço;

Manter arquivo físico da documentação do grupo, incluindo os formulários de registros das atividades e de acompanhamento dos usuários;

Avaliar, com as famílias, os usuários e impactos do SCFV;

Articular com o técnico de referência da equipe do CRAS a identificação das famílias participantes do serviço, contextos familiares e informações quanto ao desenvolvimento dos usuários.

**ORIENTADOR SOCIAL ou EDUCADOR SOCIAL:** Mínimo ensino médio, responsável pela mediação dos grupos, pela atuação constante junto ao (s) grupo (s) e responsável pela execução do SCFV e pela criação de um ambiente participativo e democrático. Caberá ao profissional:

Organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades coletivas nas unidades e/ou na comunidade;

Acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades;

Apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais nas unidades e/ou na comunidade;

Participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado;

Acompanhar e registrar a assiduidade dos usuários por meio de instrumentais específicos, como lista de frequência, atas, sistemas eletrônicos próprios, etc.

**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:** um profissional com no mínimo ensino fundamental, desejável experiência específica para exercer funções conforme Resolução CNAS nº 09, de 15 de abril de 2014, sendo atribuições: desempenhar atividades de limpeza com o objetivo de manter todos os ambientes limpos e organizados; trabalhar seguindo as normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente e às pessoas e, no desempenho das atividades, utilizar-se

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

de capacidades comunicativas.

**COZINHEIRO:** um profissional com no mínimo ensino fundamental, desejável experiência específica para exercer funções de cozinha, conforme Resolução CNAS Nº09, De 15 de Abril de 2014, sendo funções: desempenhar atividades de organização e supervisão dos serviços de cozinha em locais de refeições; apoiar no planejamento de cardápios e elaboração do pré-preparo, o preparo e a finalização e na triagem de validação e armazenamento de alimentos, observando métodos de cocção e padrões de qualidade dos alimentos, considerando os usuários e suas necessidades; trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente e às pessoas e, no desempenho das atividades, utilizar-se de capacidades comunicativas.

## 4.9.2. Trabalho

**4.9.2.1** Todas as organizações de sociedade civil que oferecerem o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV devem adotar metodologias e processos de trabalho, com as famílias e com demais órgãos, garantindo a integralidade no atendimento prestado através de:

- a) construção do Projeto Político-Pedagógico que deve orientar a proposta de funcionamento do serviço observando as Orientações Técnicas;
- b) realização de acolhida, recepção e escuta;
- c) registros que auxiliem na elaboração e manutenção de relatórios e/ou prontuários e estudos sociais realizados pelo CRAS de referência;
- d) elaboração e apresentação de planilhas trimestrais (com nomes dos usuários que integram os grupos de SCFV com NIS), para fins de registro no Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SISC;
- e) elaboração e apresentação de relatórios qualitativos do acompanhamento e evolução dos grupos;
- f) articulação com a rede de serviços locais e/ou setoriais;
- g) orientação, conforme o perfil para encaminhamento aos programas de transferência de renda e acesso à documentação pessoal através do CRAS/CREAS;
- h) notificação ao CRAS de referência da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social;
- i) conhecimento do território e mobilização para a cidadania;
- j) realização de grupos socioeducativos, pautados em:
  - Previsão detalhada no Plano de Trabalho apresentado.
  - Organização do horário/duração de funcionamento do serviço ofertado aos grupos, definindo-se

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

os horários disponíveis para a participação dos usuários e a periodicidade dos encontros e de realização das atividades.

- A organização do funcionamento do serviço pode variar de acordo com a faixa etária e a necessidade de participação dos usuários.
- A equipe de referência do CRAS/CREAS deve analisar individualmente a necessidade e intensidade de participação do usuário no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, devendo a oferta do Serviço ser continuada e ininterrupta.
- O serviço deverá ser realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias de risco social.
- A forma de intervenção social planejada deverá criar situações desafiadoras, com o fim de orientar e estimular os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território.
- A organização deverá ocorrer de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, com o fim de desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, o fortalecimento de vínculos familiares, incentivando a socialização e a convivência comunitária.
- Deverá possuir caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

### **4.9.2.2. Aquisições dos Usuários:**

- a) ser acolhido em suas demandas, interesses, necessidades e possibilidades;
- b) ter acesso a ambiente acolhedor;
- c) vivenciar experiências que contribuam para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
- d) ter acesso a serviços, benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda, conforme necessidades e inserção e permanência na rede de ensino;
- e) ter oportunidades de escolha e tomada de decisão;
- f) ter experiências para relacionar-se e conviver em grupo, administrar conflitos por meio do diálogo, compartilhando outros modos de pensar e agir;
- g) ter oportunidade de avaliar as atenções recebidas, expressar opiniões e reivindicações.

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

## **4.9.3 Indicadores de avaliação do serviço**

**4.9.3.1.** As ações de monitoramento e avaliação do gestor público e da Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA compreendem a verificação: I. do número de atendimentos correspondente às metas estabelecidas no Plano de Trabalho; II. da permanência da equipe de referência de acordo com os termos do presente Edital durante todo o período de vigência; III. das estratégias metodológicas conforme descritas no Plano de Trabalho apresentado;

**4.9.3.2.** Os procedimentos de monitoramento e avaliação ocorrerão por meio de: I. análise de dados, coletados através de instrumentos específicos, da execução das ações desenvolvidas em cada serviço; II. visitas técnicas *in loco*, previamente agendadas, ou não; III. reuniões de monitoramento, individuais e/ou coletivas; IV. estratégias de avaliação dos serviços junto aos usuários.

## **4.9.4. Atribuições**

**4.9.4.1.** Os serviços socioassistenciais que compuserem os termos de colaboração serão objeto de gestão operacional de caráter público, tendo sua execução devidamente monitorada e avaliada pela administração pública.

A gestão pública operacional e o acompanhamento da execução dos serviços citados compreendem as seguintes atribuições: I. coordenar, articular e avaliar o planejamento e o processo de execução das ações de cada um dos serviços; II. assegurar a oferta dos serviços nos padrões de qualidade exigidos pelas normativas nacionais e municipais que regulamentam a política de assistência social;

**4.9.4.2.** É dever da organização da sociedade civil selecionada, durante toda a execução da parceria:

I. executar as ações em estrita consonância com a legislação pertinente, bem como com as diretrizes, objetivos e indicativos de estratégias metodológicas específicas para cada serviço, nos termos deste Edital ou qualquer outro que vier a alterá-lo ou complementá-lo;

II. desenvolver as ações seguindo as diretrizes do órgão gestor, submetendo-se à gestão pública operacional do(s) serviço(s) e disponibilizando o atendimento às metas referenciadas pela administração pública;

**III. informar ao CRAS de referência, a existência de vagas destinadas ao objeto do presente;**

IV. prestar à administração pública, todas as informações e esclarecimentos necessários durante o processo de monitoramento e avaliação do atendimento ao objeto do presente;

V. promover, no prazo estipulado pela administração pública, quaisquer adequações apontadas no processo de monitoramento, avaliação e gestão operacional;

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

VI. participar sistematicamente das reuniões de monitoramento, avaliação, gestão operacional e capacitações;

VII. participar de reuniões dos Conselhos Municipais, fóruns e grupos de trabalho;

VIII. manter atualizados os registros e prontuários de atendimento, através de ferramentas disponibilizadas pelo município;

IX. apresentar à administração pública, nos prazos e nos moldes por ela estabelecidos, os relatórios mensais e anual do(s) serviços executados.

## 4.10. Normas Gerais

**4.10.1.** A organização da sociedade civil selecionada não poderá cobrar do usuário, ou de sua família, qualquer complementação ao valor pago pelo serviço prestado nos termos deste Edital.

**4.10.2.** A organização da sociedade civil selecionada responsabilizar-se-á por cobrança indevida, feita ao usuário ou sua família, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução dos serviços.

**4.10.4.** Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercido pelo Município da Estância Turística de Ribeirão Pires sobre a execução dos serviços, a organização da sociedade civil selecionada **reconhece a prerrogativa de controle e a autoridade normativa do município da Estância Turística de Ribeirão Pires**, ficando certo que a alteração decorrente de tais competências será objeto de termo aditivo específico, ou de notificação dirigida à organização da sociedade civil parceira.

**4.10.5.** É de responsabilidade exclusiva e integral da organização da sociedade civil selecionada a utilização de pessoal para execução dos serviços, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o município da Estância Turística de Ribeirão Pires, e ainda, a prestação dos serviços a serem executados não implica vínculo empregatício, nem exclusividade de colaboração entre o Município da Estância Turística de Ribeirão Pires e a organização da sociedade civil selecionada.

**4.10.6.** Percentual de rotatividade dos funcionários no trimestre. Meta: Inferior a 10% (dez por cento).

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

**5.1.** O preenchimento da proposta deverá observar rigorosamente os requisitos previstos no Edital.

**5.2.** Poderão ser pagas, dentre outras despesas, com recursos vinculados à parceria:

I. a remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

II. o pagamento de despesas de custos indiretos, como: aluguel, energia elétrica, água, telefone, internet, combustível, manutenção de veículos, alimentação, materiais de escritório, didáticos, desde que atrelados únicos e exclusivamente à execução do objeto da parceria.

ITEM	DESCRIÇÃO
<b>QUADRO DE RECURSOS HUMANOS</b>	
Profissionais contratados, preferencialmente, por CLT, custos trabalhistas, benefícios.	Coordenador(a); Técnico de Nível Superior (Psicologia e Serviço Social); Educador(a) Social; Auxiliar de Serviços Gerais e; Cozinheiro.
<b>MATERIAIS DE CONSUMO</b>	
Itens de consumo necessários para atender a demanda do serviço	Necessário para manter os padrões de higiene e limpeza.
<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇO</b>	
Contratações necessárias para atender a demanda do serviço	Necessário para o atendimento do objeto do presente chamamento.

**5.2.** Não será exigida, como requisito para celebração de parceria, qualquer contrapartida da Organização da Sociedade Civil selecionada, facultada a exigência de contrapartida em bens e serviços cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no Termo de Colaboração. (§ 1º, inciso VI, artigo 35, da Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações).

## 6. AS DESPESAS DECORRENTES DO PRESENTE CHAMAMENTO CORRERÃO À CONTA DA RUBRICA:

Recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social, provenientes das seguintes fontes:

I - Municipal - Vínculo 01: - R\$ 330.953,40

(trezentos e trinta mil, novecentos e cinquenta e três reais e quarenta centavos)

II - Estadual – Vínculo 02: - R\$ 130.075,20

(cento e trinta mil e setenta e cinco reais e vinte centavos)

III - Federal – Vínculo 05: - R\$ 223.934,40

(duzentos e vinte e três mil, noventa e trinta e quatro reais e quarenta centavos)



## Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

NÚCLEO 1 – 100 VAGAS		
CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 A 14 ANOS		
FONTE DO RECURSO	VAGAS	VALOR TOTAL
02 - ESTADUAL	22	R\$ 50.727,60
05 – FEDERAL	78	R\$ 179.852,40

NÚCLEO 2 – 50 VAGAS		
CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 A 14 ANOS		
FONTE DO RECURSO	VAGAS	VALOR TOTAL
01 - MUNICIPAL	25	R\$ 57.645,00
ADOLESCENTES DE 15 A 17 ANOS		
FONTE DO RECURSO	VAGAS	VALOR TOTAL
05 - FEDERAL	25	R\$ 44.082,00

NÚCLEO 3 – 200 VAGAS		
PESSAS IDOSAS A PARTIR DE 60 ANOS		
FONTE DO RECURSO	VAGAS	VALOR TOTAL
01 - MUNICIPAL	155	R\$ 273.308,40
02 – ESTADUAL	45	R\$ 79.347,60

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

## ANEXO II

### MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO N. \_\_\_\_/2023

**TERMO DE COLABORAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES E A (NOME DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL), TENDO POR OBJETO A SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO SEGMENTO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 06 A 14 ANOS, ADOLESCENTES DE 15 A 17 E PESSOAS IDOSAS A PARTIR DE 60 ANOS.**

Pelo presente Termo de Colaboração, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, inscrita no CNPJ nº 46.522.967/0001-34, Sítio na Rua Miguel Prisco, 288, Centro, Ribeirão Pires - SP, neste ato representada pela Secretária de Assistência, Participação e Inclusão Social, Sra. Marisa Reinoso de Abreu, doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO**, e de outro lado, a \_\_\_\_\_, situada a Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ – UF, CEP \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, neste ato representada estatutariamente pelo Sr. \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade RG nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF/MF sob \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro, Cidade – UF, CEP: \_\_\_\_\_, doravante designado simplesmente **ORGANIZAÇÃO SOCIAL**, resolvem firmar o presente Termo, nos autos do processo nº 4641/2023, conforme as seguintes cláusulas:

#### DO OBJETO

**Cláusula primeira** – O presente Termo de Colaboração tem por objeto a efetiva participação e cumprimento, pela **ORGANIZAÇÃO SOCIAL**, habilitada no Chamamento Público de número 015/2023, de acordo com o Plano de Trabalho, elaborado nos moldes da minuta que acompanha o presente.

#### DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

**Cláusula segunda** – Em atendimento à parceria ora firmada, o MUNICÍPIO se obriga a:

I – Efetuar os repasses de recursos à ORGANIZAÇÃO SOCIAL para a execução do objeto desta Colaboração, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (**valor por extenso**), através de depósito bancário na conta corrente nº \_\_\_\_\_ Agência nº \_\_\_\_\_, Banco: \_\_\_\_\_, utilizado pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL para cumprimento do presente Termo de Colaboração, mediante apresentação dos comprovantes

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

referentes às despesas efetuadas;

II – Supervisionar, acompanhar e avaliar, qualitativa e quantitativamente, os serviços prestados pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL, bem como apoiar tecnicamente a ORGANIZAÇÃO SOCIAL em decorrência da execução das atividades, objeto desta Colaboração;

III – Promover o monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto desta parceria, conforme artigo 58, da Lei n. 13.019/2014 e suas alterações;

IV – Realizar pesquisa de satisfação com os beneficiários do Plano de Trabalho, sempre que possível, caso a vigência desta parceria se prorrogue por mais de 1 (um) ano, conforme artigo 58, §2º, da Lei n. 13.019/2014 e suas alterações;

V – Assinalar prazo para que a ORGANIZAÇÃO SOCIAL adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes desta Colaboração, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo da retenção das parcelas dos recursos financeiros, até o saneamento das impropriedades ocorrentes;

VI – Publicar o extrato deste Termo de Colaboração e de seus eventuais aditivos no Diário Oficial do MUNICÍPIO em até 5 (cinco) dias úteis após a sua celebração, no qual também deverá constar o nome do servidor público ou empregado público designado como gestor desta parceria, nos termos do artigo 38 da Lei n. 13.019/2014 e suas alterações e do artigo 30, §§1º e 3º do Decreto Municipal n. 6.556/2021;

VII – Disponibilizar em até 5 (cinco) dias úteis após a celebração do Termo de Colaboração a íntegra do instrumento de parceria no sítio eletrônico da Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires, nos termos do artigo 30, §1º do Decreto Municipal n. 6.556/2021.

## **DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL**

**Cláusula terceira** – Em atendimento à parceria ora firmada, a ORGANIZAÇÃO SOCIAL se obriga a:

I – Executar de forma regular, integral e satisfatória o objeto deste Termo de Colaboração, conforme o Plano de Trabalho proposto pela Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social;

II – Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a este Termo, bem como aos locais de execução do respectivo objeto, conforme preceitua o artigo 42, inciso XV, da Lei n. 13.019/2014 e suas alterações;

III – Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme preceitua o artigo 42, inciso XIX, da Lei n. 13.019/2014 e suas alterações;

IV – Responsabilizar-se exclusivamente pelos pagamentos dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Colaboração, conforme preceitua o artigo 42, inciso XX, da Lei n. 13.019/2014 e suas alterações;

V – Manter, durante o prazo de vigência deste Termo de Colaboração, a regularidade das

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

obrigações perante a Previdência Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

VI – Comunicar o MUNICÍPIO de toda e qualquer alteração ocorrida em seus Estatutos Sociais, mudanças de diretoria ou substituição de seus membros;

VII – Realizar fiel e integralmente os serviços contratados com terceiros, na forma da legislação em vigor;

VIII – Possuir instalações, condições materiais, recursos humanos e equipamentos sociais adequados e compatíveis com a capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento dos serviços assistenciais que os obriga a prestar, com vistas ao cumprimento do objeto desta Colaboração e das metas estabelecidas, respeitando-se integralmente o disposto neste Termo e o que se exige no artigo 33, inciso V, alínea c, da Lei n. 13.019/2014 e suas alterações;

IX – Zelar pela manutenção da qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pelo MUNICÍPIO e aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social vigente;

X – Responsabilizar-se pela manutenção, reforma e ampliação do espaço físico;

XI - Proporcionar amplas e iguais condições de acesso à população abrangida pelo(os) serviço(s) assistencial(is), sem discriminação de qualquer natureza, zelando pela segurança e integridade física dos(as) usuários(as);

XII – Aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo MUNICÍPIO na prestação dos serviços objeto desta Colaboração, mediante apresentação dos comprovantes referentes às despesas efetuadas;

XIII – Apresentar mensalmente ao MUNICÍPIO, e até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, o Relatório Circunstanciado das atividades desenvolvidas, além da relação nominal e documentos de todos os assistidos, conforme o roteiro fornecido pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, a fim de comprovar que os recursos financeiros recebidos foram aplicados nas ações previstas no Plano de Trabalho;

XIV – Assegurar ao MUNICÍPIO, através do Setor de Monitoramento e Avaliação da Assistência, Participação e Inclusão Social e ao Conselho Municipal de Assistência Social, as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da execução e dos resultados dos serviços objeto desta Colaboração, permitindo à Prefeitura o acompanhamento “*in loco*” e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste instrumento;

XV – Promover a contratação dos funcionários e comunicar o MUNICÍPIO sempre que houverem alterações e substituições destes funcionários;

XVI – Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública, nos termos do art. 11, da Lei n. 13.019/2014 e suas alterações;

XVII – Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica da parceria, manter os recursos aplicados no mercado aberto em títulos da dívida pública quando os recursos forem utilizados em prazo inferior a 30 (trinta) dias, e em caderneta de poupança quando não utilizados no prazo superior as 30 (trinta) dias;

XVIII – Realizar os pagamentos mediante transferência eletrônica para a conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços. Demonstrada a impossibilidade do

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

pagamento mediante transferência eletrônica, será admitida a realização de pagamentos em espécie, sempre mediante a apresentação de recibo, nos termos do artigo 53 da Lei n. 13.019/2014 e suas alterações e do artigo 34 do Decreto Municipal n. 6.556/2021;

XIX – Elaborar e entregar o balanço patrimonial, o balancete analítico anual, a demonstração do resultado do exercício e a demonstração das origens e aplicação dos recursos da ORGANIZAÇÃO SOCIAL, segundo as normas contábeis vigentes para o terceiro setor, documentos devidamente assinados pelo responsável técnico com registro no CRC;

XX – Manter em seus arquivos durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas, os documentos originais que compõem a prestação de contas, nos termos do artigo 68, parágrafo único, da Lei n. 13.019/2014 e suas alterações;

XXI - Alimentar os sistemas de controle de dados dos serviços informatizados de suporte à política pública municipal de Assistência Social ou manuais, adotados pela Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social, bem como os decorrentes das normas expedidas pela União e pelo Governo do Estado de São Paulo.

## DOS RECURSOS FINANCEIROS

**Cláusula quarta** – O valor total da presente Colaboração é de R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso), onerando a rubrica orçamentária da Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social.

§ 1º – Os recursos para atender ao cumprimento do presente instrumento correrão por conta da dotação orçamentária, ficha \_\_\_\_ – classificação funcional \_\_\_\_\_, categoria econômica \_\_\_\_\_ - fonte \_\_\_\_.

§ 2º – É responsabilidade exclusiva da ORGANIZAÇÃO SOCIAL o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento, de pessoal, incluindo-se os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, bem como qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução, conforme já estipulado na cláusula terceira.

## CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

**Cláusula quinta** – O MUNICÍPIO repassará à ORGANIZAÇÃO SOCIAL o valor de R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso), oriundos da esfera Municipal, Estadual e Federal, durante o período de 12 (doze) meses, através de depósito bancário, conforme conta mencionada no inciso I da cláusula segunda deste instrumento.

## DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

**Cláusula sexta** – A ORGANIZAÇÃO SOCIAL prestará contas ao MUNICÍPIO da seguinte forma:

I – Contas parciais: serão prestadas de acordo com as Instruções Normativas vigentes do Tribunal de Contas do Estado, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao do repasse, devendo conter a documentação comprovadora (via original e uma cópia) da aplicação dos recursos recebidos mensalmente, conforme descrito no Plano de Trabalho, devidamente acompanhado de Relatório Circunstanciado das atividades desenvolvidas; extratos bancários conciliados, evidenciando a movimentação do recurso e a rentabilidade do período; relatório de receita e de despesas, relação nominal dos atendidos conforme Anexo RP-14 (REPASSES AO TERCEIRO SETOR - DEMONSTRATIVO INTEGRAL DAS RECEITAS E DESPESAS - TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO) da Instrução Normativa n. 02/2016, do Tribunal de Contas do

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Estado de São Paulo (TC-A – 011476/026/16).

II – Contas anuais: deverá ser apresentada a prestação de contas do recurso total recebido no exercício, incluindo rentabilidade, até o dia 30 de janeiro do exercício subsequente, nos moldes das Instruções Normativas vigentes do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

**Cláusula sétima** – É vedada a realização das seguintes despesas com os recursos destinados à execução do Termo de Colaboração:

- a) Não previstas no Plano de Trabalho;
- b) Com o pagamento, a qualquer título, servidor ou empregado público de qualquer esfera de governo, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública ou parente de dirigente da própria entidade, inclusive por serviços de consultoria ou assistência técnica;
- c) Com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, salvo se tratar de encargos de mora comprovadamente decorrentes unicamente de atraso na liberação de repasses por culpa exclusiva da administração pública, e no caso dos termos de fomento em que se admitem despesas com taxas bancárias exclusivamente da conta específica da parceria;
- d) Com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades, servidores públicos, representantes ou dirigentes da organização da sociedade civil parceira ou com quem ela mantenha atividade no curso da parceria;
- e) Com a aquisição de veículos automotores de qualquer natureza;
- f) Que não guardem nexo de causalidade com a execução do objeto, ainda que em caráter de emergência, salvo no caso de insumo ligado aos cuidados sanitários de pandemia;
- g) Com ornamentação e cerimonial.

**Cláusula oitava** – Para fins de comprovação dos gastos, não serão aceitas despesas efetuadas em data anterior ou posterior à vigência da Colaboração enviadas para o MUNICÍPIO.

**Cláusula nona** – Apresentada a prestação de contas parcial e anual, a Comissão de Monitoramento e Avaliação emitirá parecer:

- I – Homologando os relatórios de fiscalização;
- II – Técnico, quanto à execução física e atingimento dos objetivos da Colaboração;
- III – Financeiro, quanto à correta e regular aplicação dos recursos da Colaboração.

**Cláusula décima** – Os valores repassados deverão ser utilizados dentro do período para os quais se destinam. Eventuais saldos não utilizados deverão ser restituídos aos cofres municipais até o dia 31 de janeiro do exercício subsequente, podendo o MUNICÍPIO autorizar, a seu critério e de forma fundamentada, solicitações de prorrogação de prazo para aplicação dos recursos e prestação de contas, desde que atendidas as exigências do artigo 25, §2º, da Lei n. 101/2000

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

(LRF) e das Instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Parágrafo único – A aplicação de recursos e a prestação de contas de que trata esta cláusula só poderão ser prorrogadas mediante requisição prévia, justificativa, autorização formal do MUNICÍPIO e desde que estabelecido um prazo máximo para esta prestação de contas e para a utilização destes recursos, não superior a 90 (noventa) dias.

**Cláusula décima primeira** – A falta de prestação de contas nas condições estabelecidas nas Cláusulas 6ª a 10ª, ou a sua não aprovação pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, importará na suspensão das liberações subsequentes até a correção das impropriedades ocorridas.

## **DO PLANO DE TRABALHO**

**Cláusula décima segunda** – O Plano de Trabalho proposto pelo MUNICÍPIO deverá ser integralmente cumprido pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL, nos termos do artigo 22, da Lei n. 13.019/2014 e suas alterações, contendo:

Parágrafo único – Excepcionalmente, admitir-se-á à ORGANIZAÇÃO SOCIAL propor a reformulação do Plano de Trabalho, sendo vedada a mudança de objeto. Caberá ao Monitoramento da Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social apreciar a solicitação e se manifestar a respeito, no prazo máximo de trinta dias.

**Cláusula décima terceira** – Constarão como anexos do instrumento de parceria, o Plano de Trabalho, que dele é parte integrante e indissociável.

## **DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS**

**Cláusula décima quarta** – A Comissão instituída através da Portaria n. 35.960, de 04/10/2023 realizará o monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo do monitoramento pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Ribeirão Pires.

## **DAS IRREGULARIDADES**

**Cláusula décima quinta** – Qualquer irregularidade concernente à presente Colaboração deverá ser imediatamente comunicada ao MUNICÍPIO, que deliberará quanto à implicação de possíveis sanções.

## **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**Cláusula décima sexta** – O não cumprimento das cláusulas deste Termo de Colaboração, bem como a inexecução injustificada, total ou parcial, dos serviços, programas, atividades, projetos desta parceria ou legislação que a rege constituem irregularidades passíveis das seguintes penalidades, aplicadas cumulativamente e/ou progressivamente, obedecida a proporcionalidade:

I – Advertência formal;

II – Suspensão do repasse;

III – Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de parceria (colaboração ou fomento) e contratos com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termo de colaboração ou fomento e contratos com órgãos e entidades em todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida após a organização da sociedade civil ressarcir os cofres públicos pelos prejuízos resultantes, e após o prazo da sanção aplicada com base no inciso III deste dispositivo.

§ 1º – As sanções estabelecidas nos incisos de I a IV são de competência exclusiva do MUNICÍPIO, facultada a defesa do(a) interessado(a) no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

§ 2º – Constatada a ocorrência de irregularidades, a ORGANIZAÇÃO SOCIAL deverá ser notificada por meio formal, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

§ 3º – A ORGANIZAÇÃO SOCIAL deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a partir da data do recebimento da notificação de irregularidades, justificativa e proposta de correção para apreciação e decisão pela Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social.

§ 4º – A cópia da notificação de ocorrências de irregularidades, devidamente assinada pelas partes, da justificativa e da proposta de correção integrarão o processo administrativo identificado no preâmbulo do presente Termo.

## **DAS ALTERAÇÕES**

**Cláusula décima sétima** – A prorrogação de ofício da vigência do instrumento deve ser feita pelo MUNICÍPIO, no caso de atraso no repasse, ou por solicitação da Organização Social, no prazo de 30 (trinta) dias antes do vencimento.

Parágrafo único – O Plano de Trabalho da parceria poderá ser alterado para a revisão de valores, vigência ou das metas, mediante Termo Aditivo ao Plano de Trabalho original, para remanejamento, com solicitação e justificativa prévia, sempre mediante aprovação do MUNICÍPIO.

## **DA RESTITUIÇÃO**

**Cláusula décima oitava** – A ORGANIZAÇÃO SOCIAL se compromete a restituir, no prazo de 30 (trinta) dias, os valores repassados pelo MUNICÍPIO, atualizados pelo índice previsto na Lei Orgânica Municipal de Ribeirão Pires, ou outro índice que o substitua, a partir da data de seu recebimento, nas seguintes hipóteses:

I – A inexecução do objeto desta Colaboração;

II – Não apresentação do relatório de execução físico-financeira e prestação de contas no prazo exigido;

III – Utilização dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida;

IV – Solicitação de prorrogação de prazo para aplicação de recurso de que trata a cláusula décima e sua não utilização dentro do prazo apontado.

Parágrafo único – Os bens remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão desta, houverem sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela Administração Pública, se não for para uso no respectivo objeto, devem ser restituídos e incorporados ao patrimônio do MUNICÍPIO.

## **DA VIGÊNCIA, DA RESOLUÇÃO E DA DENÚNCIA**

**Cláusula décima nona** – Esta Colaboração terá sua vigência a partir da data de assinatura até \_\_\_\_/\_\_\_\_/2023 conforme Lei Municipal n. 6.556/2021 e alcançará a execução completa do Plano de Trabalho que integra este instrumento.



# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

§ único – Esta Colaboração poderá ser prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses, à critério do MUNICÍPIO, após manifestação por escrito do titular da Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social e posterior ao parecer da equipe técnica e anuência do CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social).

**Cláusula vigésima** – A presente Colaboração poderá ser rescindida por infração legal ou descumprimento de suas cláusulas e condições executórias, bem como por denúncia precedida de notificação no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, por desinteresse unilateral ou consensual, respondendo cada partícipe, em qualquer hipótese, pelas obrigações assumidas até a data do efetivo desfazimento.

**Cláusula vigésima primeira** – Quando da denúncia, rescisão ou extinção da Colaboração, caberá à ORGANIZAÇÃO SOCIAL apresentar ao MUNICÍPIO, no prazo de 10 (dez) dias, documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data, bem como devolução dos saldos financeiros remanescentes, inclusive dos provenientes das aplicações financeiras.

**Cláusula vigésima segunda** – É prerrogativa do MUNICÍPIO assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto colaborado no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

**Cláusula vigésima terceira** – Na ocorrência de cancelamento de restos a pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

## DISPOSIÇÕES FINAIS

**Cláusula vigésima quarta** – Esta parceria é regida pela legislação em vigor, sobretudo pela Lei Federal n. 13.019/2014 e suas alterações, pela Lei Municipal n. 6.556/2021, a elas se submetendo.

**Cláusula vigésima quinta** – Fica Eleito o Foro da Comarca de Ribeirão Pires para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

As partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, e na presença de duas (02) testemunhas.

Ribeirão Pires, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

**MARISA REINOSO DE ABREU**  
**SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL**

**NOME DA OSC**  
**REPRESENTANTE DA OSC**  
**RG. \_\_\_\_\_**

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

## TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO TERMO DE COLABORAÇÃO

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURISTICA DE RIBEIRÃO PIRES.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA: \_\_\_\_\_

TERMO DE COLABORAÇÃO N. \_\_\_\_/23

OBJETO: SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO SEGMENTO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 06 A 14 ANOS, ADOLESCENTES DE 15 A 17 E PESSOAS IDOSAS A PARTIR DE 60 ANOS.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

### 1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

### 2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Ribeirão Pires, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

## **AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:**

Nome: Luiz Gustavo Pinheiro Volpi

Cargo: Prefeito

CPF: 107.716.268-51

## **AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:**

Nome:

Cargo:

CPF:

## **Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer Conclusivo:**

### **PELO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:**

Nome: Marisa Reinoso de Abreu

Cargo: Secretária de Assistência, Participação e Inclusão Social

CPF: 043.320.318-81

Assinatura:\_\_\_\_\_

## **Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou prestação de contas:**

### **PELA ENTIDADE PARCEIRA:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:\_\_\_\_\_